



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS  
06ª Vara Cível e JEF adjunto

**PORTARIA SJMG-06ª VARA-BHZ 1/2026**

Regulamenta o plantão judicial na Vara Cível e JEF Adjunto da Subseção Judiciária de São João del Rei e na 6ª Vara Cível e JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Belo Horizonte, no período de 07/1/2026 a 11/1/2026

**PORTARIA CONJUNTA PARA O PLANTÃO ORDINÁRIO - 7 A 11/1/2026 - VARA CÍVEL E JEF ADJUNTO DA SSJ DE SÃO JOÃO DEL REI E 6ª VARA CÍVEL E JEF ADJUNTO DA SSJBH**

A Juíza Federal Substituta da Vara Única da Subseção Judiciária de São João del Rei, Dra. INGRID ARAGÃO FREITAS PORTO e o Juiz Federal Substituto da 6ª Vara Cível e JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Belo Horizonte, Dr. FELIPE EUGÊNIO DE ALMEIDA AGUIAR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o disposto no art. 23 da Portaria SJMG-DIREF n. 10255487, de 30.05.2020, CONSIDERANDO as normas contidas na Resolução 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça, a Resolução CJF 4/2008 com redação dada pela Resolução CJF 973/2025 e no Provimento COGER 01/2024, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 6ª Região; os termos da Portaria SJMG-DIREF 1481/2025 (1569990), que estabelece a escala do plantão judicial da Justiça Federal em Minas Gerais, entre 7 a 11/1/2026, RESOLVEM regulamentar o atendimento dos juízes plantonistas da Seção Judiciária de Minas Gerais, no período das 18h00min do dia 7/1/2026 às 08h59min do dia 12/1/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º. O atendimento do plantão será prestado presencialmente, por telefone ou por videoconferência, e será mantido em todos os dias em que não houver expediente forense, compreendendo sábados, domingos, feriados, pontos facultativos, recessos e, nos dias úteis, antes ou após o expediente externo fixado pelo Tribunal.

Parágrafo único. O plantão judicial funcionará:

I – fora do expediente forense, nos dias de semana, no período das 18h00 às 8h59min do dia seguinte; Sendo presencial na secretaria do juízo nos dias 7, 8 e 9/1/2026, entre 19h e 21h;

II – nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, de forma contínua, sem interrupção no atendimento; Sendo presencial na secretaria do juízo nos dias 10 e 11/1/2026, entre 9h e 16h;

Art. 2º. A Juíza Federal Substituta da Vara Única de São João del Rei, Dra. INGRID ARAGÃO FREITAS PORTO, será auxiliada pelo Diretor de Secretaria Substituto, Ricardo Arruda Pecorelli, telefone (32) 98418-0814, e pelos servidores Rômulo Oliveira Abreu e Rômulo Barbosa Carvalho; e o Juiz Federal Substituto da 6ª Vara Cível e JEF Adjunto de Belo Horizonte, Dr. FELIPE EUGÊNIO DE ALMEIDA AGUIAR, será auxiliado pelo Diretor de Gabinete Hudson Gonçalves Lopes, telefone (31) 98494-5436, e pelo servidor Alberto Viegas de Carvalho.

Art. 3º. Os procedimentos serão apresentados por meio do Processo Eletrônico - PJe ou ePROC, conforme o caso, **devendo os interessados comunicar o protocolo aos**

**servidores auxiliares dos juízes plantonistas, por meio telefônico**, nos termos do art. 187, § 2º do Provimento COGER 1/2024.

Parágrafo único: Será admitido, em caráter excepcional, o peticionamento via e-mail ([01vara.soe@trf6.jus.br](mailto:01vara.soe@trf6.jus.br) e [06vara.bh@trf6.jus.br](mailto:06vara.bh@trf6.jus.br)), nas seguintes hipóteses, devendo o interessado comunicar previamente, por meio telefônico, os servidores auxiliares identificados nesta portaria:

I – se o sistema de processo judicial eletrônico (PJe ou ePROC) estiver indisponível, devendo ser comprovada a impossibilidade técnica por meio de envio dos registros de captura de tela (*print*) relativos à indisponibilidade, juntamente aos documentos relativos ao procedimento iniciado, para fins de verificação do enquadramento da matéria dentre aquelas relacionadas no art. 5º desta Portaria;

II – para a prática de ato urgente ou destinado a impedir o perecimento de direito, quando o usuário externo não possua, em razão de caso fortuito ou de força maior, certificado digital ou acesso à internet;

III – se a providência urgente requerida estiver relacionada a processo físico em tramitação.

Art. 4º. A atuação em regime de plantão, no que concerne aos processos da competência da execução penal, deverá ser feita no sistema eletrônico respectivo, da seguinte forma:

I - o advogado distribuirá no eproc o processo da classe Petição-Execução Penal, juntando os documentos relevantes para análise do pleito, com indicação do processo em trâmite no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU como “originário” e comunicando em seguida ao servidor plantonista, conforme o § 2º do art. 187 do Provimento COGER 1/2024;

II - à exceção de mandados de prisão, alvarás de soltura e guias de recolhimento, que deverão ser obrigatoriamente expedidos e movimentados dentro do BNMP, todos os atos processuais serão formalizados dentro do ePROC;

III - concluída a providência ou encerrado o período de plantão, o processo será retirado do fluxo do plantão, devendo ser imediatamente comunicado ao juízo originário via telefone e e-mail dirigido à Direção de Secretaria;

IV - a Vara originária providenciará o traslado, ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, das peças processuais relevantes.

Art. 5º. Os magistrados plantonistas responderão por todos os pedidos formulados nos termos desta portaria, os quais serão distribuídos por ordem de chegada, independentemente da matéria, de maneira alternada entre eles, conforme o momento da distribuição. A primeira ocorrência ficará sob a responsabilidade da Juíza Federal plantonista Dra. INGRID ARAGÃO FREITAS PORTO.

Parágrafo único. O revezamento das distribuições será controlado pelos servidores de plantão, sob a supervisão dos Juízes plantonistas.

Art. 6º. Os juízes de plantão somente tomarão conhecimento das seguintes matérias:

I – pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança em que figurar como coatora autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;

II – apreciação de pedidos de concessão de liberdade provisória e expedição de alvarás de soltura, quando devidamente instruído o feito;

III – comunicações de prisão em flagrante;

IV – representação da autoridade policial ou do Ministério Público para a

decretação de prisão preventiva ou temporária, em caso de justificada urgência;

V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VI – tutela de urgência, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso cuja demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação;

VII – medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos juizados especiais, limitadas às hipóteses elencadas neste artigo.

§ 1º O plantão judiciário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem à sua reconsideração ou reexame ou à apreciação de solicitação de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica.

§ 2º As medidas de comprovada urgência que tenham por objeto o depósito de importância em dinheiro ou valores só poderão ser ordenadas por escrito pela autoridade judiciária competente e só serão executadas ou efetivadas durante o expediente bancário normal, por intermédio de servidor credenciado do juízo ou de outra autoridade, por expressa e justificada delegação do juiz.

§ 3º Durante o plantão não serão apreciados pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, nem liberação de bens apreendidos.

§ 4º Constitui ato atentatório à dignidade da justiça, sujeito às consequências legais pertinentes, postular pedido já apreciado por outro juízo ou valer-se do regime de plantão para obtenção de vantagem processual, em detrimento de outras partes ou decoro do judiciário.

Art. 7º. Os feitos a serem analisados em plantão serão submetidos imediatamente ao magistrado de plantão.

Art. 8º. Os juízes responsáveis pelo plantão judiciário de que trata esta portaria têm competência sobre toda a extensão territorial da Seção Judiciária de Minas Gerais e sobre qualquer matéria de competência da Justiça Federal de primeiro grau.

Art. 9º. A digitalização e envio de documentos apresentados no plantão e de interesse do Ministério Público Federal, será de exclusiva responsabilidade da Procuradoria da República sediada nesta capital, por meio dos seus servidores.

Art. 10º. Os feitos submetidos ao plantão até as 21h, exceto os de habeas corpus ou casos de iminente perecimento de direito, serão submetidos imediatamente aos juízes federais plantonistas, por intermédio dos diretores/diretoras de varas designados. Após este horário, os diretores de vara se incumbirão de encaminhar as petições, pedidos, requerimentos, comunicações ou processos aos magistrados no dia seguinte:

I - a partir das 8h, quando dia útil;

II - a partir das 8h, aos sábados, domingos e feriados

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

**INGRID ARAGÃO FREITAS PORTO**

Juíza Federal Substituta da Vara Única da Subseção Judiciária de São João del Rei

**FELIPE EUGÊNIO DE ALMEIDA AGUIAR**

Juiz Federal Substituto da 6ª Vara Cível e JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Belo Horizonte



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Eugênio de Almeida Aguiar, Juiz Federal Substituto**, em 03/01/2026, às 17:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Aragão Freitas Porto, Juíza Federal Substituta**, em 05/01/2026, às 09:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**1569706** e o código CRC **8BCF584C**.

---

Av. Alvares Cabral, 1805 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - MG

0000012-53.2026.4.06.8001

1569706v8